

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO LTDA
SICOOB CREDITRIL - CNPJ: 41.669.227/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em reais - R\$)

A T I V O	Nota	31/12/2018	31/12/2017
		212.496.777,86	185.398.692,65
<u>Circulante</u>			
<u>Disponibilidades</u>		1.150.193,10	459.959,44
<u>Titulos e Valores Mobiliários</u>	4	2.044.872,12	7.350.624,26
Recibos de Depósitos Cooperativos		2.044.872,12	7.350.624,26
<u>Relações Interfinanceiras</u>	5	159.625.747,55	139.931.962,99
Centralização Financeira - Cooperativas		159.625.747,55	139.931.962,99
<u>Operações de Crédito</u>	6	47.936.596,51	36.136.422,84
Operações de Crédito		49.259.385,14	37.225.284,17
(Prov. para Operações de Créd. de Liq. Duvidosa)		(1.322.788,63)	(1.088.861,33)
<u>Outros Créditos</u>	7	1.216.078,06	1.139.333,32
Crédito por Avais e Fianças Honrados		6.371,21	14.842,96
Rendas a Receber		1.063.346,22	946.044,30
Diversos		152.731,84	193.289,02
(Provisão para Outros Créd. de Liq. Duvidosa)		(6.371,21)	(14.842,96)
<u>Outros Valores e Bens</u>	8	523.290,52	380.389,80
Bens Não de Uso Próprio		298.000,51	333.344,20
(Provisões para Desvalorizações)		(63.344,20)	
Despesas Antecipadas		288.634,21	47.045,60
Realizável a Longo Prazo		17.347.938,09	15.067.713,54
<u>Operações de Crédito</u>	6	16.027.201,35	13.775.630,87
Operações de Crédito		16.027.201,35	13.775.630,87
<u>Outros Créditos</u>	7	1.320.736,74	1.292.082,67
Depósitos para interposição de recursos fiscais		1.320.736,74	1.292.082,67
Permanente		22.175.253,12	20.191.435,67
<u>Investimentos</u>	9	9.755.384,35	8.526.610,45
Participações em Coligadas e Controladas - No País		6.286.630,72	5.613.319,55
Participações em Cooperativas		3.467.103,63	2.911.640,90
Outros Investimentos		1.650,00	1.650,00
<u>Imobilizado em Uso</u>	10	12.408.368,77	11.629.325,22
Imobilizações em Curso		2.382.693,21	3.653.244,40
Imobilizado de Uso		11.906.046,67	9.492.506,00
Outras Imobilizações de Uso		1.661.035,34	1.508.575,03
(Depreciações Acumuladas)		(3.541.406,45)	(3.025.000,21)
<u>Intangível</u>	11	11.500,00	35.500,00
Ativos Intangíveis		235.833,33	235.833,33
(Amortização Acumulada)		(224.333,33)	(200.333,33)
TOTAL DO ATIVO		252.019.969,07	220.657.841,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorryne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em reais - R\$)

P A S S I V O	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		200.443.028,22	163.840.068,52
Depósitos	12	174.688.844,67	146.245.358,49
Depósitos à Vista		53.955.856,09	42.029.876,30
Depósitos a Prazo		120.732.988,58	104.215.482,19
Relações Interfinanceiras	13	14.889.629,00	8.996.589,19
Repasses Interfinanceiros		14.889.629,00	8.996.589,19
Relações Interdependências	14	6.699.658,98	4.852.845,23
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.699.658,98	4.852.845,23
Outras Obrigações		4.164.895,57	3.745.275,61
Arrecadação de Tributos e Assemelhados		27.847,79	32.842,00
Sociais e Estatutárias	15.1	1.210.053,09	1.173.293,89
Fiscais e Previdenciárias	15.2	443.138,16	544.965,90
Diversas	15.3	2.483.856,53	1.994.173,82
Exigível a Longo Prazo		7.867.858,52	18.294.399,66
Obrigações Interfinanceiras	13	6.547.121,78	17.002.316,99
Repasses Interfinanceiros		6.547.121,78	17.002.316,99
Outras Obrigações	15.3	1.320.736,74	1.292.082,67
Provisão para interposição de recursos fiscais		1.320.736,74	1.292.082,67
Patrimônio Líquido		43.709.082,33	38.523.373,68
Capital Social	17.a	23.361.440,81	20.220.390,16
De Domiciliados no País		23.379.220,00	20.245.336,70
(Capital a Realizar)		(17.779,19)	(24.946,54)
Reserva de Lucros		19.216.319,69	17.168.810,98
Reserva Legal		19.205.487,04	17.086.266,68
Reserva para Contingências		10.832,65	82.544,30
Sobras Acumuladas		1.131.321,83	1.134.172,54
TOTAL		252.019.969,07	220.657.841,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorrayne Santos Cintra
Contadora - CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em reais - R\$)

Exercícios findos em:

	Nota	2º SEMESTRE/2018	SALDO EM 31/12/2018	SALDO EM 31/12/2017
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		5.818.923,67	11.495.731,54	12.404.331,04
Operações de Crédito		5.764.393,51	11.227.996,53	10.984.907,80
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		54.530,16	267.735,01	1.419.423,24
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(5.468.307,94)	(10.741.630,44)	(13.335.944,05)
Operações de Captação no Mercado	12	(4.148.284,59)	(8.045.657,54)	(10.484.884,12)
Operações de Empréstimos e Repasses		(993.610,46)	(2.119.463,72)	(2.121.000,96)
Provisão para Operações de Créditos		(326.412,89)	(576.509,18)	(730.058,97)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		350.615,73	754.101,10	(931.613,01)
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios)		1.957.211,60	4.228.201,77	5.782.600,19
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.498.876,18	2.959.816,42	2.098.445,43
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		996.834,68	2.031.646,49	1.782.600,20
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(4.653.987,21)	(9.297.469,75)	(8.202.847,72)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(2.596.696,23)	(5.065.708,86)	(5.228.038,80)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(149.447,94)	(299.287,60)	(243.589,46)
Ingressos de Depósitos Intercoperativos		5.575.087,42	10.661.764,48	12.808.673,83
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	1.469.514,35	3.553.223,25	3.124.503,42
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	21	(182.969,65)	(315.782,66)	(357.146,71)
Resultado Operacional		2.307.827,33	4.982.302,87	4.850.987,18
Resultado Não Operacional	23	(23.575,97)	12.795,06	(40.559,21)
Resultado antes da Tributação		2.284.251,36	4.995.097,93	4.810.427,97
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperados		(117.161,19)	(236.158,67)	(182.704,07)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(87.829,61)	(176.907,89)	(140.558,77)
Participações no Lucro		(179.915,63)	(343.590,65)	(295.390,67)
Sobras antes das Destinações		1.899.344,93	4.238.440,72	4.191.774,46
Destinações Legais e Estatutárias		-	(3.178.830,54)	(3.143.830,84)
F.A.T.E.S			(1.059.610,18)	(1.047.943,61)
Reserva Legal			(2.119.220,36)	(2.095.887,23)
Lucro (Sobra) Líquido		1.899.344,93	1.059.610,18	1.047.943,62

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorrain Santos Cintra
Contadora CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Contingências		
Saldo em 31/12/2016	17.330.498,41	(16.784,16)	14.990.379,45	168.773,22	1.710.423,40	34.183.290,32
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas						-
Ao Capital	1.710.423,40				(1.710.423,40)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.727.623,80	(8.162,38)				1.719.461,42
Por Devolução (-)	(523.208,91)					(523.208,91)
Reversões de Reservas			(86.228,92)		86.228,92	-
Sobras Líquidas					4.191.774,46	4.191.774,46
FATES - Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva			2.095.887,23		(2.095.887,23)	-
. FATES					(1.047.943,61)	(1.047.943,61)
Saldos em 31/12/2017	20.245.336,70	(24.946,54)	17.086.266,68	82.544,30	1.134.172,54	38.523.373,68
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	1.134.172,54				(1.134.172,54)	-
Ao Capital						-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.546.124,57	7.167,35				2.553.291,92
Estorno de Capital	(625,00)					(625,00)
Por Devolução (-)	(545.788,81)					(545.788,81)
Reversões de Reservas			(71.711,65)		71.711,65	-
Sobras Líquidas					4.238.440,72	4.238.440,72
FATES - Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva			2.119.220,36		(2.119.220,36)	-
. FATES					(1.059.610,18)	(1.059.610,18)
Saldos em 31/12/2018	23.379.220,00	(17.779,19)	19.205.487,04	10.832,65	1.131.321,83	43.709.082,33
Saldos em 30/06/2018	22.521.086,24	(44.005,50)	17.086.266,68	32.391,04	2.389.249,05	41.984.987,51
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.257.602,99	26.226,31				1.283.829,30
Por Devolução (-)	(398.844,23)					(398.844,23)
Estorno de Capital	(625,00)					(625,00)
Reversões de Reservas			(21.558,39)		21.558,39	-
Sobras Líquidas					1.899.344,93	1.899.344,93
FATES - Atos Não Cooperativos						-
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:						
. Fundo de Reserva			2.119.220,36		(2.119.220,36)	-
. FATES					(1.059.610,18)	(1.059.610,18)
Saldos em 31/12/2018	23.379.220,00	(17.779,19)	19.205.487,04	10.832,65	1.131.321,83	43.709.082,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

 Charles Drake Guimaraes Gonçalves
 Presidente do Conselho de Administração

 Roldão Alves Ferreira Filho
 Diretor Administrativo

 Matheus Giovanni Pereira Fernandes
 Diretor Financeiro

 Aline Lorrayne Santos Cintra
 Contadora - CRC/MG 92154/O-0

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DESCRÍÇÃO	Segundo Semestre/2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício	2.284.251,36	4.995.097,93	4.810.427,97
IRPJ / CSLL	(204.990,80)	(413.066,56)	(323.262,84)
Participações no Lucro(Sobra)	(179.915,63)	(343.590,65)	(295.390,67)
Provisão para Operações de Crédito	146.252,62	233.927,30	(534.522,14)
Depreciações e Amortizações	322.283,74	606.854,53	563.965,67
	2.367.881,29	5.079.222,55	4.221.217,99
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	1.502.261,22	5.305.752,14	13.824.931,57
Operações de Crédito	(7.946.711,51)	(14.285.671,45)	(376.922,41)
Outros Créditos	203.293,98	(105.398,81)	188.200,22
Outros Valores e Bens	(234.380,65)	(142.900,72)	344.163,83
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	233.572,22	11.925.979,79	9.296.842,51
Depósitos a Prazo	(23.397.559,04)	16.517.506,39	10.615.659,96
Outras Obrigações	934.390,64	448.274,03	826.901,48
Relações Interdependências	5.985.101,30	1.846.813,75	917.787,07
Relações Interfinanceiras	(7.001.363,29)	(4.562.155,40)	(827.157,13)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(27.353.513,84)	22.027.422,27	39.031.625,09
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	4.625,19	4.625,19	35.212,08
Inversões em Imobilizado de Uso	(386.294,26)	(1.367.915,70)	(3.923.274,20)
Inversões em Investimentos		(1.228.773,90)	(1.815.382,55)
Outros Ajustes	1.392,43	1.392,43	517,10
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(380.276,64)	(2.590.671,98)	(5.702.927,57)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.283.829,30	2.553.291,92	1.719.461,42
Devolução de Capital à Cooperados	(398.844,23)	(545.788,81)	(523.208,91)
Estorno de Capital	(625,00)	(625,00)	
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos			
FATES Sobras Exercício	(1.059.610,18)	(1.059.610,18)	(1.047.943,61)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(175.250,11)	947.267,93	148.308,90
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(27.909.040,59)	20.384.018,22	33.477.006,42
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	188.684.981,24	140.391.922,43	106.914.916,01
No Fim do Período	160.775.940,65	160.775.940,65	140.391.922,43
Variação Líquida das Disponibilidades	(27.909.040,59)	20.384.018,22	33.477.006,42

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorrayne Santos Cintra
Contadora CRC/MG 92154

**Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda.
SICOOB CREDITRIL – CNPJ 41.669.227/0001-01**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017
(Em Reais)**

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSÃO DO TRIÂNGULO LTDA – SICOOB CREDITRIL, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/09/1991, filiada à CCE CRED. EST. MG LTDA – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDITRIL possui 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades:

Cidade	Endereço	CEP	Telefone
Uberlândia-Centro Administrativo	Av. Marciano de Ávila, 1066	38400-752	34-3291-2000
Uberlândia-João Naves	Av. João Naves de Ávila, 3720	38408-288	34-3257-4948
Uberlândia-Júlio Cesar Pereira	Av. Alípio Abrão, 2071	38410-129	34-3210-8899
Uberlândia-Planalto	Av. Indaiá, 780	38413-111	34-3238-4948
Uberlândia-Umuarama	Av. Afonso Pena, 4545	38.405-309	34-3223-4948
Prata	Praça Getúlio Vargas, nº 39	38140-000	34-3431-4948
Tupaciguara	Av. Tiradentes, 186	38430-000	34-3281-4947

O SICOOB CREDITRIL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e sua emissão foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de janeiro de 2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério *"pro rata temporis"*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAQL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

t) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1.150.193,10	459.959,44
Relações interfinanceiras – centralização financeira	159.625.747,55	139.931.962,99
TOTAL	160.775.940,65	140.391.922,43

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Títulos de Renda Fixa	2.044.872,12	7.350.624,26

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL CECREMGE, com remuneração de aproximadamente 102% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao BANCOOB e repassadas aos Associados da Cooperativa.

5. Relações Interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	159.625.747,55	139.931.962,99

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE, conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	33.459,77		33.459,77	42.553,28
Ch. Especial/Contas Garantidas	5.516.286,20		5.516.286,20	5.370.671,47
Empréstimos	22.335.788,83	10.995.685,49	33.331.474,32	16.299.206,42
Direitos Creditórios Descontados	1.441.018,39		1.441.018,39	1.787.082,71
Financiamentos	1.541.385,22	1.910.944,42	3.452.329,64	1.422.435,14
Financiamentos Rurais – Repasses	18.391.446,73	3.120.571,44	21.512.018,17	26.078.966,02
(-) Prov. p/Perdas c/Op. de Crédito	(1.322.788,63)		(1.322.788,63)	(1.088.861,33)
Totais	47.936.596,51	16.027.201,35	63.963.797,86	49.912.053,71

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

ível / Percentual de Risco / Situação	Emprést. / Dir.Cred. Desc.	Financia-mentos	Financ. Rurais	Total em 2018	Provisões 2018	Total em 2017	Provisões 2017
AA	Normal	854.031,83	-	854.031,83	-	-	-
A 0,5%	Normal	16.375.697,84	1.164.577,46	16.558.146,03	34.098.421,33	(170.492,18)	29.382.283,53
B 1%	Normal	18.473.539,57	1.775.131,65	4.660.218,24	24.908.889,46	(249.088,95)	17.329.957,20
B 1%	Vencidas	2.395,22		74.472,97	76.868,19	(768,69)	324.205,10
C 3%	Normal	2.167.763,80	363.252,06	213.754,78	2.744.770,64	(82.343,13)	2.084.722,19
C 3%	Vencidas	137.501,54			137.501,54	(4.125,10)	404.579,95
D 10%	Normal	824.900,64	149.368,47	5.426,15	979.695,26	(97.969,53)	59.654,15
D 10%	Vencidas	234.906,18			234.906,18	(23.490,62)	47.369,65
E 30%	Normal	510.819,56			510.819,56	(153.245,89)	572.817,32
E 30%	Vencidas	226.247,23			226.247,23	(67.874,18)	320.515,40
F 50%	Normal	7.922,24			7.922,24	(3.961,12)	27.841,79
F 50%	Vencidas	73.268,07			73.268,07	(36.634,04)	9.511,07
G 70%	Normal	1.499,25			1.499,25	(1.049,49)	114.274,73
G 70%	Vencidas						32.748,50
H 100%	Normal	147.388,34			147.388,34	(147.388,34)	157.623,95
H 100%	Vencidas	284.357,37			284.357,37	(284.357,37)	132.810,51
Total Normal		39.363.563,07	3.452.329,64	21.437.545,20	64.253.437,91	(905.538,63)	49.729.174,86
Total Vencido		958.675,61		74.472,97	1.033.148,58	(417.250,00)	1.271.740,18
Total Geral		40.322.238,68	3.452.329,64	21.512.018,17	65.286.586,49	(1.322.788,63)	51.000.915,04
Provisões		(1.136.287,05)	(49.408,67)	(137.092,91)	(1.322.788,63)		(1.088.861,33)
Total Líquido		39.185.951,63	3.402.920,97	21.374.925,26	63.963.797,86		49.912.053,71

c) Classificação da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Ad. a Depositantes	33.459,77			33.459,77
Ch.Esp./C/Garantida	5.516.286,20			5.516.286,20
Empréstimos	5.497.216,41	16.838.572,42	10.995.685,49	33.331.474,32
Direitos Creditórios Desc.	1.371.492,12	69.526,27		1.441.018,39
Financiamentos	384.416,22	1.156.969,00	1.910.944,42	3.452.329,64
Financiamentos Rurais	3.615.361,36	14.776.085,37	3.120.571,44	21.512.018,17
Totais	16.418.232,08	32.841.153,06	16.027.201,35	65.286.586,49

d) Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.358.733,49	2.552.168,01	141.549,62	0,00	4.052.451,12	6,21%
Setor Privado - Indústria	159,13	0,00	6.179,23	0,00	6.338,36	0,01%
Setor Privado - Serviços	1.474.738,66	5.826.300,04	258.136,33	0,00	7.559.175,03	11,58%
Pessoa Física	2.539.477,58	28.126.285,53	1.035.153,21	21.512.018,17	53.212.934,49	81,50%
Outros	176.637,11	279.050,38	0,00	0,00	455.687,49	0,70%
TOTAL	5.549.745,97	36.783.803,96	1.441.018,39	21.512.018,17	65.286.586,49	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(1.088.861,33)	(1.623.383,47)
Transferências para prejuízo	(351.053,63)	(1.255.590,82)
Reversões de prejuízo	117.126,33	1.790.112,96
Total	(1.322.788,63)	(1.088.861,33)

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	3.099.434,09	5,00%	2.097.271,50	4,00%
10 Maiores Devedores	11.996.351,95	18,00%	9.183.112,31	18,00%
50 Maiores Devedores	28.206.959,78	43,00%	22.821.621,94	45,00%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	3.604.375,62	3.834.543,03
Valor das operações transferidas no período	351.053,63	1.255.590,82
Valor das operações recuperadas no período	(245.700,98)	(299.544,84)
Valor das operações – baixa conf. Resolução 2682/99 Art. 7º		(1.186.213,39)
Total	3.709.728,27	3.604.375,62

h) Operações renegociadas

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 1.263.418,80, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Avais e Fianças Honrados	6.371,21			14.842,96
Rendas a Receber	1.063.346,22			946.044,30
Diversos (a)	152.731,84			193.289,02
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(6.371,21)			(14.842,96)
Totais	1.216.078,06			1.139.333,32
Dep.p/Interposição de Recursos Fiscais (c)		1.320.736,74	1.320.736,74	1.292.082,67
Totais		1.320.736,74	1.320.736,74	1.292.082,67

(a) Refere-se a adiantamentos e antecipações salariais - R\$ 88.560,22, Pendências a Regularizar – R\$ 54.807,15 e Tarifas a Receber – R\$ 9.364,47.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2682/1999.

(c) Refere-se a depósitos judiciais para COFINS sobre Atos Cooperativos.

8. Outros Valores e Bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	298.000,51	333.344,20
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(63.344,20)	
Despesas Antecipadas (c)	288.634,21	47.045,60
Total	523.290,52	380.389,80

- (a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (b) Refere-se a provisão constituída com base em laudo atualizado de avaliação dos bens.
- (c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativistas, contribuições a fundos e IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB	6.286.630,72	5.613.319,55
Sicoob Central Cecremge	3.467.103,63	2.911.640,90
Outros Investimentos – Obras de Arte	1.650,00	1.650,00
Total	9.755.384,35	8.526.610,45

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizações em Curso (a)		2.382.693,21	3.653.244,40
Terrenos	-	1.664.523,48	1.064.523,48
Edificações	4%	8.770.326,14	7.099.611,64
(-) Depreciações Acumuladas-Edificações		(1.593.818,33)	(1.281.802,77)
Instalações	10%	87.637,36	88.177,36
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(58.600,04)	(52.667,43)
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	1.383.559,69	1.240.193,52
(-) Depreciações Acum. Mov. e Equip.de Uso		(783.455,62)	(721.749,22)
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.085.402,07	960.208,88
Sistemas de Comunicação	10%	14.948,56	14.521,56
Sistemas de Segurança	10%	302.084,60	287.042,91
Sistema de Transportes	20%	258.600,11	246.801,68
(-) Depreciação Acum.Outras Imob.de Uso		(1.105.532,46)	(968.780,79)
TOTAL		12.408.368,77	11.629.325,22

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	235.833,33	235.833,33
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(224.333,33)	(200.333,33)
Total	11.500,00	35.500,00

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a 6 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquiridas em junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas pelo prazo final da operação, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos à vista	53.955.856,09	42.029.876,30
Depósitos a Prazo	120.732.988,58	104.215.482,19
Total	174.688.844,67	146.245.358,49

Os depósitos até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	3.632.235,83	2,00%	8.281.751,64	6,00%
10 Maiores Depositantes	16.961.887,04	10,00%	27.027.109,84	19,00%
50 Maiores Depositantes	45.447.978,17	26,00%	48.603.081,64	34,00%

Despesas com Operações de captação de mercado

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos a Prazo	(7.780.576,56)	(10.259.358,89)
Contribuição ao Fundo Garantidos do Cooperativismo	(265.080,98)	(225.525,23)
Total	(8.045.657,54)	(10.484.884,12)

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades. As garantias oferecidas são as cauções dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituição	Taxa	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2017
Bancoob	2,00% a.a. à 9,50% a.a	01/2019 a 03/2022	22.436.620,63	27.908.080,42
(-) Despesas a Apropriar			(999.869,85)	(1.909.174,24)
Total			21.436.750,78	25.998.906,18

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa, são registrados nesta conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	6.584.424,13	4.644.441,03
Concessionárias de serviços públicos	115.234,85	208.404,20
Total	6.699.658,98	4.852.845,23

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	27.847,79	32.842,00
Sociais e Estatutárias	1.210.053,09	1.173.293,89
Fiscais e Previdenciárias	443.138,16	544.965,90
Diversas	3.804.593,27	3.286.256,49
TOTAL	5.485.632,31	5.037.358,28

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.063.487,54	1.047.943,61
Cotas de Capital a pagar (b)	146.565,55	125.350,28
Total	1.210.053,09	1.173.293,89

a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído por 25% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme Lei 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições sobre Lucros a Pagar	74.529,61	196.950,56
Impostos e contribuições a recolher	368.608,55	348.015,34
Total	443.138,16	544.965,90

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	135.992,46	111.450,55
Provisões – Despesas de Pessoal	797.925,48	700.315,17
Outras Despesas Administrativas (a)	106.771,15	211.718,74
Créditos de Terceiros (b)	821.957,63	811.429,69
Cheques Descontados (c)	18.130,66	55.257,21
Pendências a Regularizar – Cooperativa Central/Bancoob	522.376,47	29.845,05
Sobras de Caixa	4.049,62	5.432,85
Provisão para Garantias Prestadas (d)	76.653,06	68.724,56
Provisão Para Contingências (e)	1.320.736,74	1.292.082,67
Total	3.804.593,27	3.286.256,49

- (a) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com água/energia, plano de saúde, transportes de valores e outras, obedecendo ao regime de competência.
- (b) Refere-se à provisão de valores de convênio de assistência médica, suspensos judicialmente junto à operadora, aguardando decisão.
- (c) Refere-se a cheques depositados relativos a descontos, enviados à compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2018.
- (d) Refere-se à contabilização, a provisão para garantias financeiras prestadas, sobre o total das coobrigações concedidas, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.509.187,33 – (31/12/2017 – R\$ 5.459.703,47), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (e) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

16. Instrumentos Financeiros

O SICOOB CREDITRIL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$1.203.600,00 com recursos provenientes do Sicoob Cotas Partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	23.361.440,81	20.220.390,16
Associados	10.386	9.224

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva para Contingências

Tem por finalidade cobrir eventuais perdas em processos de qualquer natureza e ainda indenizações e verbas trabalhistas em caso de demissão de funcionários, objetivando não impactar os resultados da Cooperativa, conforme regulamento.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme Lei 5.765/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 06/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do Capital Social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$1.134.172,54 (hum milhão, cento e trinta e quatro mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	4.238.440,72	4.191.774,46
Reversão de Reservas	71.711,65	86.228,92
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	4.310.152,37	4.278.003,38
Destinações estatutárias	(3.178.830,54)	(3.143.830,84)
Reserva Legal - 50%	(2.119.220,36)	(2.095.887,23)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – 25%	(1.059.610,18)	(1.047.943,61)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.131.321,83	1.134.172,54

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de prestação de serviços	2.283.443,81	1.812.957,13
Despesas específicas de atos não cooperativos	(310.115,80)	(251.819,15)
Despesas aprop. na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.021.898,96)	(724.570,48)
Resultado operacional	951.429,05	836.567,50
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	76.139,26	(40.559,21)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.027.568,31	796.008,29
IRPJ / CSLL	(413.066,56)	(323.262,84)
Total Receitas Vendas de Consórcios / Seguros com Associados	(685.007,22)	(537.593,23)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(70.505,47)	(64.847,78)

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	749.453,70	699.901,48
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	24.148,88	25.774,89
Rendas Juros Cartão de Crédito	139.292,55	100.911,78
Rendas Multas por Atraso – Cartão de Crédito	11.442,85	16.351,77
Crédito Receita Sipag – Faturamento	98.700,31	74.238,36
Crédito Receita Sipag – Antecipação	350.341,01	212.759,17
Rendas Intercâmbio – Cartão de Crédito	98.899,38	82.656,72
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	234.180,20	180.208,05
Dividendos	673.282,12	518.035,49
Distribuição de Sobras da Central	191.530,89	0,00
Rendas Repasse Del Credere	2.697,37	3.807,70
Outras Rendas Operacionais	979.253,99	1.209.858,01
Total	3.553.223,25	3.124.503,42

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	193.028,12	162.019,23
Rendas de Empréstimos	7.563.537,04	7.273.114,76
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	527.819,24	766.486,43
Rendas de Financiamentos	530.999,41	222.387,77
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. com Recursos Livres	1.201,58	66.163,99
Rendas de Financ. Rurais - Aplic com Rec. Direc. á Vista	1.043.461,72	795.536,20
Rendas de Financ. Rurais - Aplic.com Rec. Direc. da Poupança	1.106.730,44	236.410,35
Rendas de Financ. Rurais – Aplic. Repassadas	0,00	1.077.731,16
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	267.735,01	1.419.423,24
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	261.218,98	385.057,91
Total	11.495.731,54	12.404.331,04

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(6.980,24)	(17.032,96)
Despesas de Descontos Concedidos	(36.860,95)	(15.151,86)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(22.950,93)	(24.820,56)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(3.658,40)	(8.070,80)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2.220,03)	(5.344,36)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(150.295,28)	(144.674,03)
Outras Despesas Operacionais	(60.739,45)	(76.454,37)
Garantias Financeiras Prestadas	(32.077,38)	(65.597,77)
Total	(315.782,66)	(357.146,71)

22. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Captação	(8.045.657,54)	(10.484.884,12)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.119.463,72)	(2.121.000,96)
Provisões para operações de crédito	(576.509,18)	(730.058,97)
Total	(10.741.630,44)	(13.335.944,05)

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores e Bens	71.801,11	102.282,63
Ganhos de Capital	13.530,58	
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(7.800,00)	(80.753,61)
Perdas de Capital	(1.392,43)	
Outras Receitas Não Operacionais		19.182,48
Despesas de Provisões Operacionais	(63.344,20)	
Outras Despesas não Operacionais	0,00	(81.270,71)
Resultado Líquido	12.795,06	(40.559,21)

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como: movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, caução e alienação fiduciária de imóveis.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em relação à carteira total	Provisão de Risco
P.R – Vínculo de Grupo Econômico	625.738,21	0,34%	2.452,00
P.R – Sem Vínculo de Grupo Econômico	239.455,87	0,13%	1.165,00
TOTAL	865.194,08	0,47%	3.617,00
Montante das Operações Passivas		12.146.959,69	4,32%

Operações ativas e passivas – saldos em 31/12/2018:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza das Operações de Crédito	Valor das Operações de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% das Operações de Crédito em relação à Carteira Total
Cheque Especial	7.087,59	70,88	0,00%
Crédito Rural - Repasses	455.507,12	2.919,91	2,00%
Empréstimos	330.677,01	1.700,02	1,00%
Financiamentos	30.968,02	154,84	1,00%

Natureza dos Depósitos	Valor dos Depósitos	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	237.711,66	0,44%	Não remunerados
Depósitos a Prazo	3.665.058,05	3,04%	0,48% a.m.

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, direitos creditórios descontados, crédito rural - repasses, empréstimos, dentre outras, às taxas/remunerações relacionadas no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxas aprovadas pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva
Empréstimos	1,87% a.m.	1,87% a.m.
Financiamentos	1,80% a.m.	1,80% a.m.
Crédito Rural – Repasses	Taxas BNDES	Taxas BNDES
Aplicações Financeiras – Pós Fixadas	97,87% do CDI	98% do CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL – MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,61%
Crédito Rural - Repasses	0,15%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza das Operações de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural - Repasses	1.688.212,58
Empréstimos e Financiamentos	517.837,64

No exercício de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédulas de presença e encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (R\$)	
Honorários	(1.126.227,84)
Cédulas de Presença	(108.011,92)
Encargos Sociais	(257.932,85)
Total	(1.492.172,61)

25. Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda – Sicoob Creditril, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD. EST. MG. LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDITRIL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICO CENTRAL CECREMGE, perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30 de junho de 2018 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29 de agosto de 2018, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2018 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas

de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Índice de Basileia	30,59%	31,91%

29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	1.320.736,74	1.320.736,74	1.292.082,67	1.292.082,67
TOTAL	1.320.736,74	1.320.736,74	1.292.082,67	1.292.082,67

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de fevereiro de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDITRIL**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 185.445,00. Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis acerca das principais características das ações, quando relevantes

Uberlândia (MG), 22 de janeiro de 2019.

Charles Drake Guimarães Gonçalves
Presidente do Conselho de Administração

Roldão Alves Ferreira Filho
Diretor Administrativo

Matheus Giovanni Pereira Fernandes
Diretor Financeiro

Aline Lorrayne Santos Cintra
Contadora – CRC-MG 92154/O-0

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, reunido em 29 de janeiro de 2019, em cumprimento ao Art. 87, Inciso IV, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e demonstrações contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício DE 2018, findo em 31 de dezembro de 2018, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, de acordo com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. – SICOOB CREDITRIL, em 31 de dezembro de 2018.

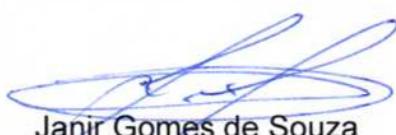
Assim, somos unâimes em aprovar as contas apresentadas pela Diretoria Executiva, relativas ao exercício de 2018.

Uberlândia (MG), 29 de janeiro de 2019.

CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS:



Alceste Henrique Guimarães Menezes
Coordenador do Conselho Fiscal



Janir Gomes de Souza
Secretário do Conselho Fiscal



Guaraci Machado Filho
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. SICOOB CREDITRIL

Uberlândia / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Produtores Rurais e de Livre Admissão do Triângulo Ltda. - SICOOB CREDITRIL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDITRIL em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se

concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 08 de fevereiro de 2019.



Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750